

# VEREDAS

**Revista da Associação Internacional de Lusitanistas**

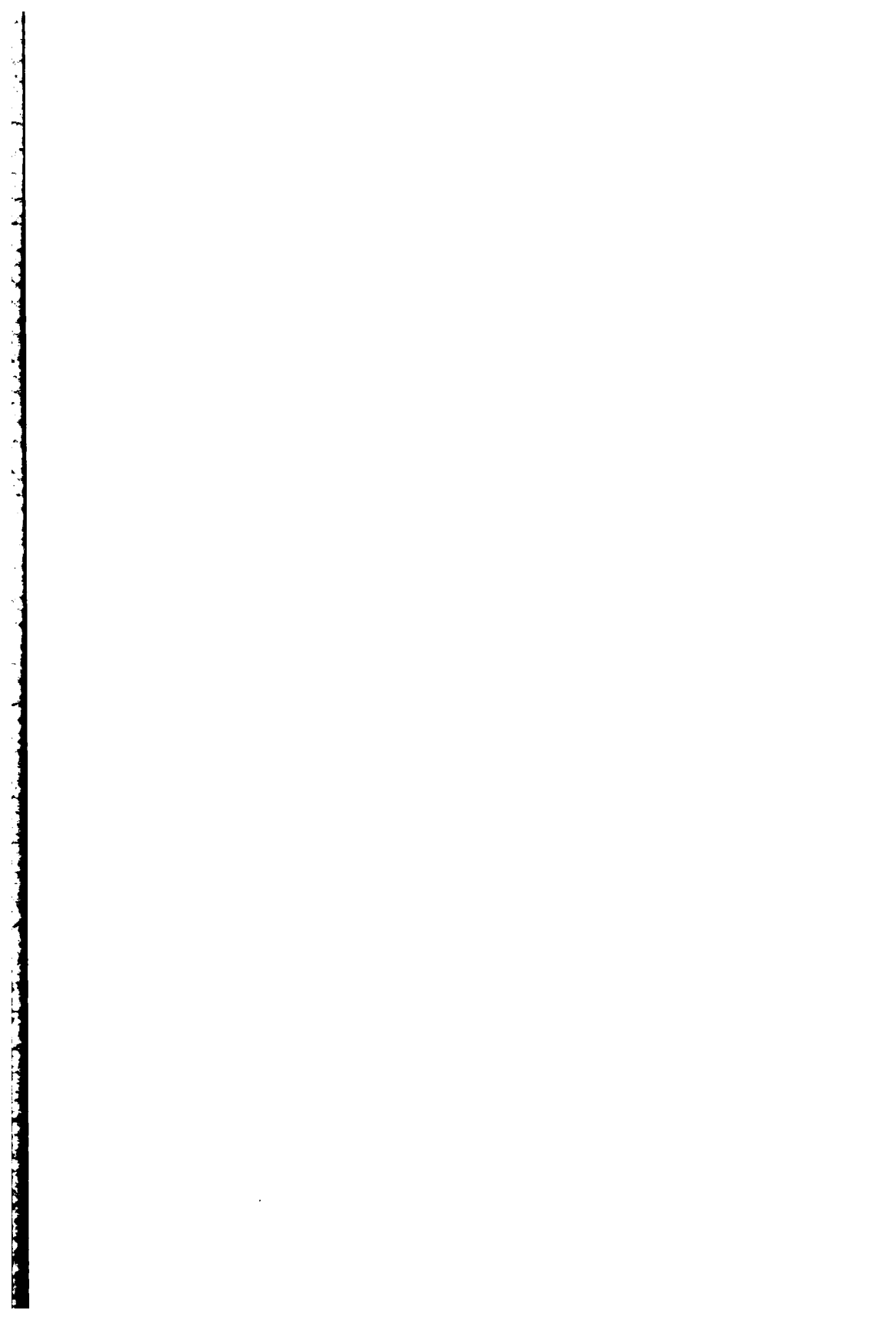
**VOLUME 3**

Tom II



**FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA**

**PORTO, 2000**



# Veredas

Revista de publicação anual

Volume 3 – Dezembro de 2000

**Director:**

Carlos Reis

**Director Executivo:**

Sebastião T. Pinho

**Conselho Redactorial:**

Aníbal Pinto de Castro, Axel Schönberger, Claudio Guillén, Cleonice Berardinelli, Fernando Gil, Francisco Bethencourt, J. Romero de Magalhães, Jorge Couto, Maria Alzira Seixo, Marie-Hélène Piwnick, Ria Lemaire. *Por inerência:* Amet Kébé, Ana Mafalda Leite, Ana Paula Ferreira, Benjamin Abdala Jr., Carlos Reis, Christopher Lund, Cristina Robalo Cordeiro, Ettore Finazzi-Agrò, Helder Macedo, Henry Thorau, Isabel Pires de Lima, Laura Padilha, M. Carmen Villarino, Maria Manuel Lisboa, Onésimo T. Almeida, Regina Zilberman, Sebastião T. Pinho, Solange Parvaux.

**Redacção:**

VEREDAS – Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

Faculdade de Letras

P-3000-447 Coimbra Codex

Fax 351-239.410088; E-mail: stpinho@cygnus.ci.uc.pt

**Edição, administração, distribuição e assinaturas:**

Fundação Eng. António de Almeida

Rua Tenente Valadim, 231/325

P-4100-479 Porto

Tel. 351-22.6067418; Fax 351-22.6004314; E-mail: fundacao@feaa.pt

---

**Paginação:** José Soares Pinto – Porto

**Impressão e acabamento:** SerSilito - Empresa Gráfica, Lda./Maia

**Autoria da capa:** Atelier Henrique Cayatte – Lisboa

Depósito Legal N.º 137737/99

ISSN 0874-5102

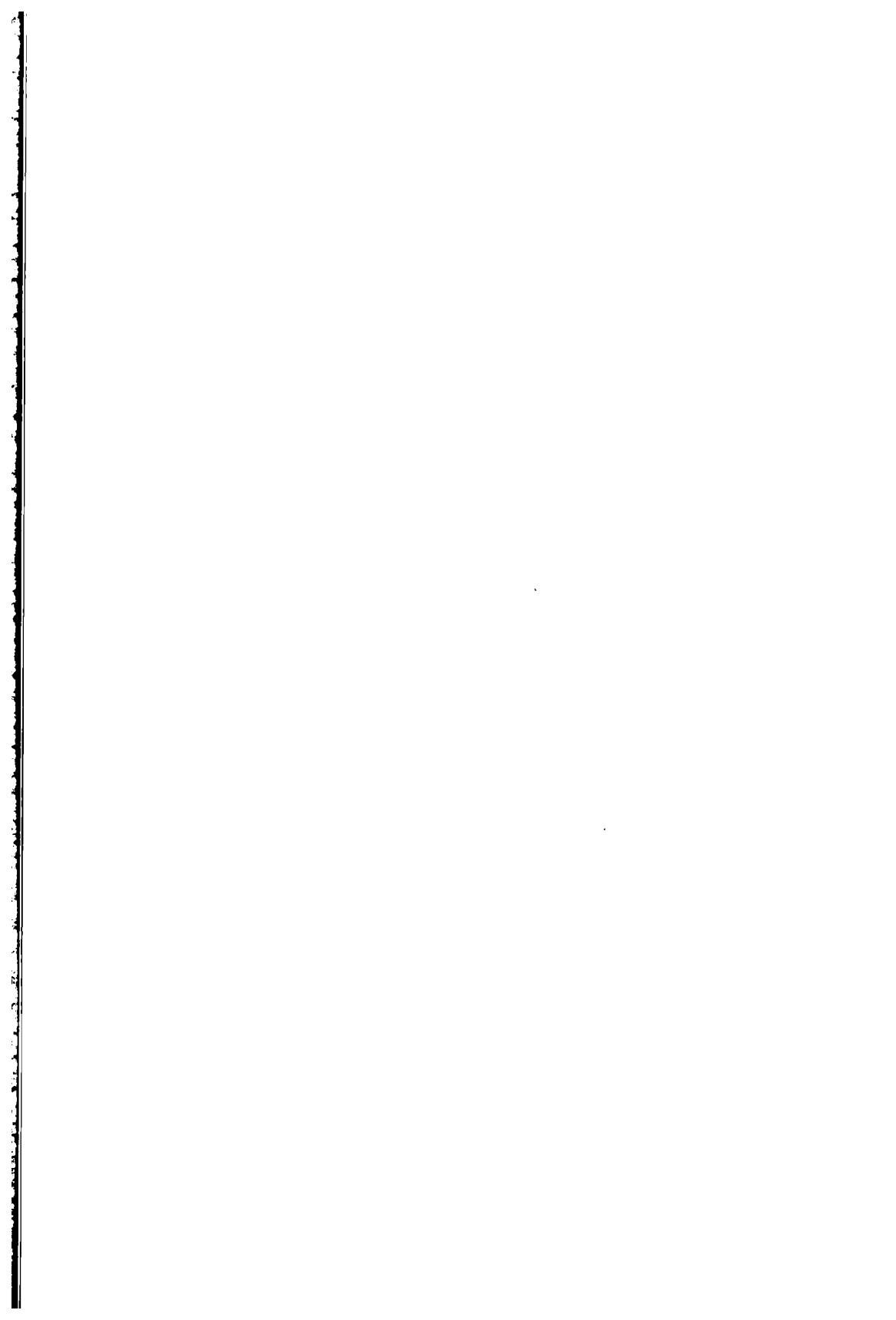
Revista integralmente patrocinada pela



FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

---

AS ACTIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS  
TÊM O APOIO REGULAR DO INSTITUTO CAMÕES



# ÍNDICE

## Tomo I

CARLOS REIS – Apresentação.....	9
E. M. DE MELO E CASTRO – NU no NU.....	11
VIRGÍLIO DE LEMOS – POESIA hoje.....	15
ÂNGELA VAZ LEÃO – Questões de linguagem nas <i>Cantigas de Santa Maria</i> , de Afonso X.....	21
DAVID BROOKSHAW – Entre o real e o imaginado: o Oriente na narrativa colonial portuguesa.....	33
FRANCISCO FERREIRA DE LIMA – Paraíso e Inferno na Bahia de Gabriel Soares de Sousa.....	43
K. DAVID JACKSON – Ruínas de Império: a cidade-fortaleza de Chaul ..	55
LÉLIA PARREIRA DUARTE – <i>Os Lusíadas</i> , de Camões, e a <i>Peregrinação</i> , de Fernão Mendes Pinto: diferentes perspectivas das portuguesas viagens?.....	67
JOÃO ADOLFO HANSEN – Ler & Ver: Pressupostos da representação colonial .....	75
MARIA HELENA D. T. C. UREÑA PRIETO – Astrolatria e astrologia em Portugal nos séculos XVII e XVIII.....	91
MARIA JOSEFA POSTIGO – Os provérbios de <i>Don Quijote de la Mancha</i> nas Traduções em Português .....	101
XOSÉ MANUEL DASILVA – Anticastelhanismo e Sebastianismo nas traduções espanholas do <i>Frei Luís de Sousa</i> .....	117

ANNE-MARIE PASCAL – A abolição da escravatura e o teatro português (XVIII-XIX) – A polémica, o exemplo, e a utopia .....	127
CONSTÂNCIA LIMA DUARTE — O olhar de uma viajante brasileira: Nísia Floresta.....	141
BERTHOLD ZILLY – A reinvenção do Brasil a partir dos sertões: viagem e literatura em Euclides da Cunha.....	149
LUCETTE PETIT – Machado de Assis à “Roda da Vida”: Das <i>Memórias Póstumas</i> ao <i>Memorial de Aires</i> .....	161
CARLOS ALBERTO PASERO – Reflexos no Oriente: aristocracia e indus- trialização n’A <i>Relíquia</i> de Eça de Queirós .....	171
PAULO MOTTA OLIVEIRA – Fradique Mendes: Eça, a heteronímia e o vencidismo.....	185
REGINA ZILBERMAN – De <i>Memórias póstumas de Brás Cubas</i> a <i>Grande sertão: Veredas</i> – o demônio em viagem .....	195
LEYLA PERRONE-MOISÉS – Cesário Verde: um “astro sem atmosfera”? ...	217
ANNA KLOBUCKA – Fernando Pessoa, o poeta amoroso? Fragmentos de um discurso .....	227
MARIA IRENE RAMALHO DE SOUSA SANTOS – Interrupção poética: um conceito pessoano para a lírica moderna.....	235
MÓNICA ELENA SERRA HÜGLI – Escritas de leituras na poética de Drummond .....	255
ANA PAULA FERREIRA — O conto da mulher nos anos quarenta .....	265
ANA SOFIA GANHO – Luiza Neto Jorge: <i>Ekphrasis</i> e Iconotexto .....	277
CLÁUDIA PAZOS ALONSO – Do centro e da periferia: uma re-leitura de <i>Laços de Família</i> .....	287
RUTH SILVIANO BRANDÃO – A nau catrineta: velhas receitas, novos sabores.....	301
ISABEL PIRES DE LIMA – Concertos/Desconcertos: arte poética e busca do sujeito na poesia de Ana Luísa Amaral.....	307
LÚCIA CASTELLO BRANCO — Por graça da textualidade.....	319
ANA PAULA ARNAUT — <i>O Delfim</i> : silêncios inquietos .....	333
ADRIANA ALVES DE PAULA MARTINS – <i>Todos os Nomes</i> ou uma viagem pelos labirintos da cidade na busca do nome que cada um tem ....	341

## Tomo II

LUCIANA STEGAGNO PICCHIO – O futuro do passado: <i>O Ano de 1993</i> de José Saramago.....	351
VERA LÚCIA CASA NOVA – Fragmentos de um itinerário amoroso: Saramago, <i>Viagem a Portugal</i> (1981).....	363
ANNA KALEWSKA – As modalizações anti-épicas na narrativa portuguesa contemporânea: José Saramago, António Lobo Antunes e Mário Cláudio.....	371
MARIA LÚCIA DAL FARRA – De Pedro a Paula: um caso de amor de Helder Macedo .....	389
MÓNICA FIGUEIREDO – O corpo, esta casa no mundo: a propósito de <i>Pedro e Paula</i> de Helder Macedo.....	401
MARIA THERESA ABELHA ALVES – A peregrinação iniciática de Barnabé das Índias .....	411
MARIA LUÍZA RITZEL REMÉDIOS – <i>Cavaleiro andante</i> : identidade nacional e o processo de dispersão do ser português.....	419
VILMA ARÊAS – Além do princípio da superfície: <i>O filantropo</i> , de Rodrigo Nunes .....	429
CHRISTOPHER F. LAFERL – O clichê da terra: a Bahia de Dorival Caymmi .....	441
JOSÉ MARIA PEDROSA CARDOSO – Da especificidade da música sacra portuguesa nos séculos XVI e XVII.....	451
MARIA DO AMPARO CARVAS MONTEIRO – Polifonia aquática.....	467
AFFONSO ROMANO DE SANT'ANNA – Lusofonia: mentiras e realidade ....	475
ANTONIO CANDIDO – Livros e pessoas de Portugal.....	483
MARIA ARMANDINA DA CRUZ MAIA – Pátria, uma trajectória de deriva..	493
BEATRIZ RESENDE – Imagens da exclusão .....	509
BENJAMIN ABDALA JUNIOR – Terra morta e outras terras: sistemas literários nacionais e o macrossistema literário da língua portuguesa.	523
RUSSELL G. HAMILTON – A literatura dos PALOP e a teoria pós-colonial.	537

TANIA FRANCO CARVALHAL – De mar a mar: entre viagens nas literaturas portuguesas e brasileiras .....	549
ETTORE FINAZZI-AGRÒ – Geografias da Memória. A Literatura Brasileira entre História e Genealogia.....	557
ERMELINDA GALAMBA – Ser português na China .....	569
GERHARD BRUNN – Comunicação intercultural entre Europa e Brasil: a contribuição de Johann Moritz von Nassau-Siegen (1637-1644)....	579
MICAELA GHITESCU – Cultura luso-brasileira na Roménia .....	589
BENJAMIM PINTO BULL – Senghor, o Brasil e Portugal: alguns marcos culturais lusófonos .....	597
RENATO CORDEIRO GOMES – Cidade e nação na narrativa brasileira contemporânea: uma guerra de relatos.....	609
ARMANDO JORGE LOPES – Em direcção ao primeiro léxico de usos do português moçambicano .....	621
ENEIDA DO REGO MONTEIRO BOMFIM – Que tratamento dar ao Rei?.....	633
MARIA HELENA MIRA MATEUS – A Face Exposta da Língua Portuguesa.	647
MICHEL LABAN – Reflexões sobre a elaboração de um inventário das particularidades do português de Moçambique através da literatura	655
TOM EARLE – O ensino do português nas universidades britânicas .....	665
SOLANGE PARVAUX – O ensino da língua portuguesa no segundo grau em França.....	671
MARIA JOSÉ MOTTA VIANA e ADRIANA CASTILHO — “A coisa melhor do mundo”: o tempo e o modo de um discurso .....	687
EVANILDO BECHARA – Herculano de Carvalho: In Memoriam (1924-2001).....	693



## Que tratamento dar ao Rei?

**ENEIDA DO REGO MONTEIRO BOMFIM**

*Brasil, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*

É impossível falar em formas de tratamento, sem recorrer ao livro de Luis Felipe Lindley Cintra<sup>1</sup> *Sobre “Formas de Tratamento” na Língua Portuguesa*, um clássico sobre o assunto. Este trabalho servirá de ponto de apoio para as digressões que pretendo apresentar sobre a realização lingüística do tratamento nas fases mais antigas da língua portuguesa, tomando como pretexto a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, datada de 01 de maio de 1500. Na carta, Caminha sempre se dirige ao rei pela forma vocativa **Senhor** e utiliza na função de sujeito e outras, **Vossa Alteza**. Em desacordo com a sintaxe atual, as formas possessivas empregadas com relação ao rei são **vosso** e **vossa** e o pronome **ela** aparece anaforicamente relacionado a **Vossa Alteza**, no parágrafo final.

E neesta maneira Senhor dou aquy avossa alteza doque neesta vossa terra vy ese aalguũ pouco alomguey, **ela** me perdoe, cao desejo que tijnha de **vos** tudo dizer mo fez asy poer pelo meudo. E pois que Senhor he certo que asy neeste careguo que leuo como em outra qualquer coussa que de **vosso** seruiço for **uosa alteza** há de seer de mym mujto bem seruida, **aela** peço

---

<sup>1</sup> L. F. Cintra, *Sobre “Formas de Tratamento” na Língua Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, s. d.

que por me fazer singlar mercee mãde vjir dajlha de sam thomee jorge dosoiro meu jenrro, o que **dela** rreceberey em mujta mercee.<sup>2</sup> (Os negritos são de minha responsabilidade).

Por enquanto, não quero falar de mistura de tratamentos. Apenas registro que pretendo fazer distinção entre, de um lado, **oscilação** ou **variação** e, de outro, **mistura**.

O sistema de formas de tratamento dos dois lados do Atlântico tem pequenas divergências. Em Portugal, segundo Cintra, observam-se três planos: o da intimidade, o utilizado entre pares e o cerimonioso. No Brasil, mesmo levando-se em conta as preferências regionais, há dois: familiaridade e paridade opondo-se a respeito e cerimônia. Ao lado desses dois sistemas diferenciados do português corrente, há outro, extremamente convencional, próprio de situações de alta formalidade que se utiliza de formas nominais, concordando com a terceira pessoa gramatical. O mesmo acontece com os possessivos e com as formas pronominais que com elas mantêm relação anafórica. A escolha da forma adequada, ao contrário da concordância, não depende de conhecimento lingüístico, mas de uma imposição sócio-cultural, do mesmo nível que a adequação do traje a determinadas cerimônias; da exigência do uso de becas, togas, fardões, chapelos, colares e outros para os membros de algumas instituições e agremiações, em ocasiões específicas; de descobrir-se em sinal de respeito ou como saudação, hábito cada vez mais raro pelo desuso do chapéu. A esse propósito, lembram-me duas passagens, uma de Gil Vicente, outra de Machado de Assis.

Diz mestre Gil, pela boca de Mercúrio que, no *Auto da Feira*, de uma só vez zomba da astrologia, que gozava de grande prestígio entre as pessoas cultas da época, e critica a carestia da carne:

E quanto ao Touro e Carneiro,  
são tão maus d'haver agora,  
que quando os põe no madeiro,  
chama o povo ao carnicheiro  
Senhor, c'os barretes fora.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> *A Carta de Pero Vaz de Caminha* (Estudo crítico de J. F. de Almeida Prado. Texto e glossário de Maria Beatriz Nizza da Silva).

<sup>3</sup> Gil Vicente, *Compilaçam de todas as obras* (Introdução e normalização do texto de Maria Leonor Carvalhão Buescu), Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, vol. I, p. 147.

Quanto a Machado de Assis, no primeiro capítulo do **D. Casmurro**, lê-se: «Uma noite destas, vindo da cidade para o Engenho Novo, encontrei no trem da Central um rapaz aqui do bairro, que eu conheço de vista e de chapéu».<sup>4</sup>

Em fases mais antigas da língua, o sistema é mais simples. Pelo que se pode depreender da pesquisa em textos em prosa, de fins do século XIII, início do XIV até o século XV e primeira metade do XVI, para um só destinatário, **tu** e **vós** dividem-se nas preferências. **Vós** é o plural universal. Cintra<sup>5</sup>, na esquematização da evolução do sistema das formas de tratamento na língua portuguesa, aponta para o singular, até o século XIV, a forma **tu**, ligada à intimidade, e **vós**, como forma de cortesia. Ainda, segundo Cintra<sup>6</sup>, as formas nominais apenas começam a ser registradas nas atas das cortes. Na de 1331, **Vossa Mercê**, na de 1442, **Vossa Senhoria** e na de 1445, **Vossa Alteza**. Em Fernão Lopes aparecem, pela ordem, **Vossa Mercê** e **Vossa Alteza**, usados esporadicamente por estrangeiros, principalmente castelhanos. A expansão e especialização das fórmulas nominais de tratamento acentua-se na segunda metade do século XV, o que pode ser observado nos textos do cronista-mor Gomes Eanes de Zurara, sucessor de Fernão Lopes. Na carta dedicatória da *Crônica da Guiné* (1453), dirigida a D. Afonso V, **vós**, **Vossa Alteza**, **Vossa Senhoria** e **Vossa Mercê** misturam-se com implicações na concordância. Transcrevo:

Como melhor sabe **Vossa Alteza** que hũa das propriedades do magnanimo he querer ante dar que receber [...]. E, como quer que em **vossos** factos se podessem achar cousas assaz dignas de grande honra, de que bem **poderees** mandar fazer vellume, **Vossa Senhoria**, husando como verdadeiro magnânimo a quis ante dar que receber. E tanto he **vossa** magnanimidade mais grande quanto a cousa dada he mais nobre e mais excellente. Pollo qual, stando **Vossa Mercee** o anno passado em esta cidade, me **dissestes** quanto **desejavees** veer postos em scripto os feitos do Senhor Iffante Dom Henrique **vosso** tyo [...] <sup>7</sup> (Os negritos são de minha responsabilidade).

<sup>4</sup> Machado de Assis, *Obra Completa*, Rio de Janeiro, José de Aguiar, 1962, vol. I, p. 807.

<sup>5</sup> L. F. Cintra, *op. cit.*, p. 127-128.

<sup>6</sup> L. F. Cintra, *op. cit.*, p. 18-19.

<sup>7</sup> Gomes Eanes de Zurara, *Crônica dos Feitos de Guiné* (ed. Dias Dinis), II, texto, Lisboa, 1949, p. IX-X. (*Apud* Cintra, *op. cit.*, 21).

Nos textos pesquisados para esta apresentação, nem sempre é rigorosa a observação do sistema.

## 1. Constituição do *corpus*

A escolha dos textos para a coleta de dados obedeceu a dois critérios combinados: 1. terem representatividade na história da língua e da literatura e 2. pertencerem a narrativas longas que possibilitem a presença de discurso direto. Foram escolhidas as seguinte obras:

Séculos XIII/XIV – *Demanda do Santo Graal*. Reprodução fac-similar e transcrição do códice 2584 da Biblioteca Nacional de Viena (Magne, Augusto, 1955, vol. I). Tradução do original francês, talvez do século XIII ou XIV. A transcrição do manuscrito de Viena é cópia parcialmente modernizada do século XV.

Séculos XIV/XV – *Crônica Geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português por Luís F. L. Cintra (vol. I). Lisboa, Casa da Moeda, 1951. O original é português e da primeira metade do século XIV. Pode ser considerado o maior monumento histórico do século. O códice mais antigo é do século XV. D. Pedro, conde de Barcelos, foi o responsável pela compilação. Além de partes originariamente escritas em português, é constituída de traduções de fontes latinas, árabes e hispânicas.

*Crônica de D. Fernando*, de Fernão Lopes. Foi utilizada a edição crítica de G. Machi. Lisboa, Casa da Moeda, 1975. A linguagem das crônicas de Fernão Lopes é representativa da de Lisboa, na primeira metade do século XV. A Segunda edição desta crônica é do século passado. Os códices da *CDF* mais antigos são dos últimos anos do século XV ou do início do XVI. Foram copiados alguns no século XVI e outros no XVII.

*O Livro de Vita Christi em linguagem portuguesa* de Ludolfo Cartusiano. Edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495, cotejado com os apógrafos, por Augusto Magne, S. J. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura - Casa de Rui Barbosa, s.d. Deste livro, que não é uma narrativa, interessam como fonte de dados para

o presente estudo as orações colocadas ao fim de cada um dos trinta capítulos contidos no volume I e a Epístola Proemial de Valentino de Morávia, também conhecido como Valentim Fernandes, artista alemão que, em parceria com Nicolau de Saxônia, da mesma nacionalidade, foi responsável pela impressão, em 1495.

O texto da carta de Caminha utilizado foi o de responsabilidade de Maria Beatriz Nizza da Silva, incluído na publicação *A carta de Pero Vaz de Caminha* estudo crítico de J. F. de Almeida Prado; texto e glossário de Maria Beatriz Nizza da Silva. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Agir, 1990.

Como representante do século XVI, escolheu-se a Primeira Década da *Ásia*, de João de Barros. Outros textos usados para confronto serão identificados no decorrer do trabalho.

## 2. Um pouco de história

Na leitura cuidadosa dos quarenta capítulos do vol. I da *Demanda do Santo Graal*, foi possível fazer algumas observações que de certa forma contrariam a expectativa de que **tu** é a forma pronominal própria do tratamento de intimidade no português antigo. Também não se pode dizer com convicção que **tu** seja usado de superior para inferior, embora ocorra em pequena escala nessas situações.

Como sujeito, a preferência recai em **vós**, no singular e no plural. O narrador dirige-se freqüentemente aos leitores/ouvintes, tratando-os da mesma forma. O mesmo é observado de pai para filho e vice-versa e assim dirige-se o rei Artur ao sobrinho Galvão. É o que acontece, também, entre cavaleiros. Entretanto, num momento de dor física e aflição Lançarot chama o companheiro, tuteando-o: «- Ai, Persival, amigo boô! Socorre-me, que mouro da mais coitada morte [de] que nunca homem morreu.» (p. 305). Para as referências a reis, tiliza-se a fórmula **El-rei**. Como vocativo de respeito, **senhor**, **senhora**, com marcação de gênero.

Há quatro ocasiões em que se pode encontrar o tuteamento: 1. na fala das donzelas e dos ermitãos, homens bons como também são

chamados; 2. nas mensagens escritas e inscrições misteriosas; 3. nos diálogos de sonhos e visões e nas mensagens de vozes e, finalmente, 4. dirigindo-se a Deus em preces e súplicas.

Na *Demanda*, o plano natural e o sobrenatural, pagão ou cristão, convivem ou se misturam harmoniosamente. Fadas, donzelas, magos, ermitãos, figuras lendárias, aparições, vozes misteriosas, presságios e profecias povoam o conto, como o narrador nomeia seu relato.

As donzelas são uma espécie de mediadoras entre o mundo real e o sobrenatural. Geralmente têm uma missão, são intermediárias ou 'mandadeiras', isto é, mensageiras. Usam o tratamento *tu*, em situações formais, dirigindo-se a cavaleiros e a reis. É comum também o tuteamento por parte de ermitãos, embora, em raras ocasiões façam uso de *vós* e manifestem oscilações de tratamento para o mesmo interlocutor. Nas preces e evocações trata-se Deus por *tu*, mas também por *vós*. Em termos percentuais, respectivamente 55% e 44% de ocorrências. Observa-se sempre, apesar da flutuação, a correspondência entre o pronome sujeito e os possessivos que lhe dizem respeito, assim como a concordância verbal adequada.

Pelo visto, ousa afirmar que na *Demanda do Santo Graal* as formas de tratamento desviam-se do que seria o sistema da língua da época, podendo-se propor um sistema binário alternativo, que confirma uma oposição entre o plano natural, em que os interlocutores se tratam por *vós*, e o sobrenatural, cujo tratamento preferencial é *tu*.

Passemos aos dados da *Crônica Geral de Espanha de 1344*. Essa obra alentada, na sua segunda redação, pode ser localizada nos fins do século XIV ou no início do XV. Cronologicamente situada, portanto, entre a *Demanda* e as crônicas de Fernão Lopes.

Da *Crônica Geral* examinamos um trecho extenso que trata das campanhas contra a Península Ibérica por invasores do norte e de Cartago, aí incluídas as disputas entre César e Pompeu, seguido da parte referente ao aproveitamento da *Crônica do Mouro Rasis*, texto traduzido do árabe para o português, por Mestre Maomé e Gil Peres, por mandado de D. Dinis. São cento e noventa e um capítulos, perfazendo um total de pouco mais de trezentas páginas.

A predominância é de discurso indireto. Com certa parcimônia, há falas e pequenos discursos. Na parte do texto anterior ao aproveitamento da *Crônica do Mouro Rasis*, há preferência pelo tuteamento. Nota-se inclusive que não ocorre **vós** quando os africanos e romanos estão em cena. Talvez por basear-se este ponto do texto em fontes de língua latina.

Na história dos reis godos, **vós** aparece em ocasiões revestidas de certa solenidade, o que justifica a maneira cerimoniosa de tratar. Quanto ao tuteamento, é observado em situações comuns, entre pares e de superior para inferior e vice-versa. Há uma ocorrência isolada de oscilação entre **tu** e **vós**. Está na fala bastante longa (vinte e sete linhas) dos guardadores da casa de Hércules ao rei Rodrigo.

Nos capítulos que têm por base a *Crônica do Mouro Rasis*, o tratamento é respeitoso, **vós**, marcando distância entre os interlocutores. A forma vocativa comum é **Senhor**. Observa-se, uma vez, **tu** de vassalo para senhor, ambos nobres, mas marido e mulher tratam-se por **vós**. Em outra passagem, Allataba ou Lataba, filha do conde dom Ilham, e sua amiga Alquifa tuteiam-se familiarmente, favorecidas por um momento de confidências e pedido de conselho. Já a carta que Allataba remete ao conde seu pai, primor de formalidade protocolar, assim se inicia: «Oo muy honrrado e discreto, sisudo, prezado e temudo senhor de Cepta, conde dom Ilham, padre senhor [...]». (vol. II, p. 308). Neste trecho da crônica há exemplo de vacilação de tratamento. Um homem bom, primo do conde, trata-o por **vós** num dia e por **tu**, no dia seguinte. A Deus, como na *Demanda* trata-se por **tu**. No que diz respeito a sonhos e aparições, cumpre assinalar que só se registram na parte do texto referente aos godos e a forma escolhida é sempre **tu**.

Neste ponto, já é possível fazer algumas observações. A parte do texto referente aos africanos e romanos opõe-se, no que diz respeito ao tratamento, à que corresponde à *Crônica do Mouro Rasis*. Já a história dos godos é neutra, deste ponto de vista. Acredito que a explicação para o fato prenda-se às fontes: romanas, privilegiando **tu** por influência do latim; árabes, guardando o tom oriental de cerimônia e reverência (veja-se a carta de Allataba ao pai) e peninsulares, no caso dos godos, provavelmente mais condizentes com a realidade lingüística da época.

### 3. Expansão das formas nominais

No final do século XIV e no século XV, do ponto de vista político, observa-se a luta entre a nobreza e a burguesia, cada vez mais reivindicadora. Sem dúvida, a crise social afeta as relações pessoais e institucionais, o que pode ter reflexos nas formas de tratamento.

A *Crônica de D. Fernando*, além de retratar o período de instabilidade política anterior e contemporânea do reinado deste rei, é também representativa de uma fase importante na história do português, a qual se estende até meados do século XVI. A língua, nesse momento da sua história, já vem adquirindo uma feição mais madura e as mudanças em curso, na maioria, estão em fase de implementação, completando-se na virada do século ou na primeira metade do seguinte. Na proposta de periodização de Bechara,<sup>8</sup> trata-se da fase arcaica média.

O tratamento comum na *Crônica* é o cerimonioso. Por vós são tratados reis, rainhas, nobres, cavaleiros, bispos e autoridades eclesiásticas. É também usado para o homem do povo e na intimidade. Nas seiscentas e poucas páginas do livro, apenas em três ocasiões, salvo engano, observa-se o tuteamento: quando o mestre se dirige por tu a um pagem (p. 508); quando D. Pedro é ferido de morte pelo irmão D. Henrique e lhe diz: «Oo treedor, aqui estas tu?» (p. 83) e num diálogo entre Leonor Teles e o conde João Fernandes. A intenção da rainha era fazer notada a intimidade, porque suas palavras foram ditas em altura suficiente para serem ouvidas pelas outras pessoas presentes. Vale a pena transcrever o diálogo: «Johane, toma este anel». «Non tomarei» disse ell. «Porque?» disse ella. «Senhora, disse ell, porque ei medo que digam d'ambos». «Toma tu o que te eu dou, disse ella, e diga cada hũu o que quiser» (p. 510). As outras ocorrências de tu aparecem nas preces de D. Maria, dirigidas a Nossa Senhora e a Jesus Cristo, quando o infante D. João a fere mortalmente. (p. 372).

---

<sup>8</sup> Cf. Evanildo Bechara, *As fases históricas da língua portuguesa (tentativa de proposta de nova periodização)*, Tese de concurso para Professor Titular de Língua Portuguesa da UFF, Niterói, 1985. Nesta proposta a periodização baseia-se em fenômenos lingüísticos balizadores.



Não há registro de fórmulas nominais de tratamento em função de sujeito ou outras não vocativas a não ser, em escala mínima, apenas quatro vezes, **Vossa Mercê**, precedida de artigo, com o verbo na terceira pessoa do singular. Como vocativo, é constante para os reis, nobres e autoridades religiosas, a forma **senhor**. A rainha é chamada por **senhora**, com flexão de feminino, apesar de outras palavras em **-or**, no texto, permanecerem invariáveis.

Como títulos, para os reis usa-se obrigatoriamente **el-rei dom**, e a seguir o nome.

**Dom** precede sempre, não somente o nome de reis, mas o de príncipes, infantes, autoridades eclesiásticas e possuidores de títulos de nobreza. Para estrangeiros usa-se, antes do nome, **monsé/mossé** ou **micé/micer**. Moraes, no *Dicionário*<sup>9</sup> registra:

**Micer** (p. 298) Prenome Italiano, que vale o mesmo que *Monseor*, ou *meu Senhor*, ou o Senhor.

**Mossem** (p. 322) Prenome, que se dava aos que não eram cavaleiros: v.g. Mossem Ripalba.

As expressões **El-rei**, **o príncipe** e outras são usadas anaforicamente. Em certas ocasiões, no caso de **el-rei**, quando estão em cena mais de um rei, pode haver ambigüidade, que só o contexto resolve. O título **doutor** aparece em dois momentos diferentes, em um deles, quando o rei manda chamar alguns 'leterados', que por sinal são três, dois doutores e o 'dayam'- deão- de Coimbra.

Como se vê, a *Crônica* está rigorosamente dentro do sistema, ao contrário do que se observa nos textos anteriormente pesquisados.

Antes de prosseguir, gostaria de fazer algumas considerações sobre o tratamento dado a Deus, à Virgem Maria e aos santos. Viu-se nas observações até agora feitas que nestes casos o tratamento genérico é **tu**. Apenas na *Demanda* há vacilação entre os dois tratamentos, com ligeiro predomínio da forma **tu**. No *Livro de Vita Christi* (1495), no fim de cada um dos trinta capítulos da primeira parte que inte-

---

<sup>9</sup> A Moraes, *Dicionário da língua portuguesa* (sob a direção de Laudelino Freire), Rio de Janeiro, Revista da Língua Portuguesa, 1922, Edição comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil, fac-símile da 2.<sup>a</sup> ed. (1813).

gram o volume I, há uma oração. Em todas elas, o tratamento dado a Deus, à Virgem e aos santos é **tu**.

No século seguinte, João de Barros<sup>10</sup>, na *Cartinha*, transcreve, entre outras orações, o 'Pai Nosso' e a 'Salve Rainha' em latim e na tradução portuguesa, usando **tu**, como está na língua original.

A esse respeito ocorre-me fato que se teria passado com Gregório de Matos, logo, no século seguinte, segundo notícia escrita pelo Licenciado Manuel Pereira Rabelo, incluída no volume I das *Obras de Gregório de Matos*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1929. O nosso Boca do Inferno, que estudara leis em Coimbra, tinha fama aqui de ser um bom defensor. Certo homem de baixa condição social alçou-se ao cargo de juiz e tendo sido tratado por **vós** por um antigo amo que ignorava sua nova condição, mandou autuá-lo por desonra pelo tratamento recebido. Gregório de Matos, chamado a defendê-lo, surpreendeu a todos confessando o ato do réu, mas alegando que não era crime tratar o juiz por **vós**, porque:

Se a Deus se trata por tu,  
E se chama a El-Rei por vós;  
Como chamaremos nós  
Ao Juiz de Igarapu?  
Tu e vós e vós e tu.<sup>11</sup>

Resumindo o que até este ponto foi sendo apresentado, reforça-se o reconhecimento, na fase da história do português que vai até o século XVI, inclusive, de um sistema binário de tratamento, no qual **tu** opõe-se a **vós**, no singular. Os desvios observados na *Demanda* e na *Crônica Geral de Espanha de 1344* podem ser explicados. Na época de Fernão Lopes começam a aparecer formas nominiais de reverência, dirigidas inicialmente a reis e posteriormente a fidalgos. A mais antiga é **Vossa Mercê**. Das cortes de 1468 até a época de Felipe II de

---

<sup>10</sup> João de Barros, *Gramática da Língua portuguesa, Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha* (leitura, introdução e anotações por Leonor Carvalhão Buescu), Lisboa, Universidade de Lisboa, 1971. Reprodução fac-similada. A cartinha foi editada em 1539 e a Gramática em 1540.

<sup>11</sup> Clóvis Monteiro, *Esboços de História Literária*, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1961, p. 66, refere-se ao episódio e diz que Manuel Pereira Rabelo é o mais antigo biógrafo de Gregório de Matos.

Espanha, I de Portugal **Vossa Alteza** é o tratamento apropriado para o rei. D. Felipe, numa provisão de 1597, logo, quase um século depois da carta de Caminha, determina que o tratamento de **Majestade** seja dado exclusivamente ao rei e à rainha; **Alteza** aos príncipes e princesas, infantes e infantas, ficando reservado **Sua Alteza** para os príncipes herdeiros.

Gil Vicente, em 1562, dirige-se ao rei D. João III como «**alto e excelso Príncipe, El-rei** Dom João, o terceiro deste nome em Portugal», no prólogo em que lhe encaminha a cópia de suas obras. Nas ocasiões em que há referência aos reis de Portugal não poupa cortesia e respeito: **poderoso e nobre, mui nobre e próspero, alto e poderoso** e variantes. Não chega ao exagero, entretanto, do impressor da versão portuguesa do *Livro de Vita Christi*, Valentino de Moravia, no início da sua 'Proemial Epistola'. Cito:

Ao Sereníssimo Príncipe e Rei Potentíssimo e Senhor, Dom Joam o Segundo, Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém-mar em África, Senhor de Guinee, dirigida, preposta em a leitura da Vida de Cristo, per ordenança e mandado da mui esclarecida de sangue e virtudes e antre as princesas da cristandade ilustríssima Senhora Rainha Dona Lianor, sua mui virtuosa molher [...] (p. 3).

No corpo desta carta, D. João II é tratado como '**Vossa Sacra Majestade, Ilustríssimo Príncipe, Rei e Senhor**'; '**Vossa Alteza**'; '**Vossa Sereníssima Senhoria**'; '**Vossa Sereníssima Majestade**'; '**Vossa Real Senhoria**'; '**Vossa Sacra Majestade e Real Alteza**'; '**Vossa Sereníssima Alteza**' e outras combinações.

No texto do prólogo da *Compilçam*, Gil Vicente trata D. João III por **sereníssimo Senhor** e **Vossa Alteza**. Reis personagens merecem nos autos o mesmo tratamento. **Vossa Majestade** tem presença esporádica e, também, **Vossa Senhoria** e **Vossa mercê**. Este último tem duas ocorrências na *Comédia de Rubena* e aparece também no *Auto do Velho da Horta*, em *Quem tem farelos?* e talvez em outros, se for feita uma pesquisa mais cuidadosa. Na boca de rústicos, na *Farsa de Inês Pereira*, no *Templo de Apolo* e no *Triunfo do Inverno*, registra-se a forma **Mercea** que, segundo Paul Teyssier<sup>12</sup>, é uma

<sup>12</sup> *La Langue de Gil Vicente*, Paris, Klincksieck, 1959, p. 152-153.

variante rústica, provavelmente criada por analogia com nomes femininos terminados em **-ea** (-eia, no português atual) e que aparece com frequência na Escola vicentina.

No início desta apresentação propus uma distinção ente oscilação e mistura de tratamentos. Oscilação é o que se observa na *Demanda* e na *Crônica Geral de Espanha*, quando o mesmo personagem é tratado ora por **tu**, ora por **vós**, respeitando-se a concordância. Em alguns casos, pode ser uma atitude indecisa do personagem quanto ao grau de cerimônia. A oscilação também pode ter conotação estilística, como se vê em Gil Vicente, principalmente na trilogia das *Barcas*.

A indecisão na escolha da fórmula nominal adequada ao tratamento do rei foi atestada na "Proemial Epístola" de Valentino de Morávia ao apresentar a *Vita Christi*, em 1495, cinco anos antes da carta de Caminha, exatamente na fase de expansão de algumas desta fórmulas. A mesma indecisão, com conseqüências na sintaxe, já se notava, quarenta e dois anos antes, em Zurara, na carta dedicatória da *Crônica da Guiné*, dirigida ao rei D. Afonso V (1453).

Já o nosso Caminha, como vocativo, usa apenas '**senhor**'. Como sujeito e com função de complemento, a escolha recai sobre '**Vossa Alteza**'. Não há oscilação de tratamento. O mesmo pode ser observado na carta de Mestre João Faras a D. Manuel, de 01 de maio de 1500. No que toca à concordância, podem ser feitas quanto à carta de Caminha as seguintes observações:

o verbo sempre concorda com a forma nominal, permanecendo na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular;

em toda a extensão da carta, as formas de possessivo são as de 2.<sup>a</sup> pessoa do plural;

no último parágrafo, o particípio passado, em desacordo com a sintaxe atual, concorda em gênero com **Vossa Alteza**, como se pode ver no trecho transcrito, a seguir " em outra qualquer coussa, que de vosso serviço for uosa alteza há de seer de mym muyto bem **servida** e há, ainda, o emprego da forma oblíqua **vos**, referente ao rei;

o pronome **ela** aparece três vezes em relação anafórica com **Vossa Alteza**.

Levando-se em conta que Caminha utiliza apenas **Senhor**, como vocativo e **Vossa Alteza** na função de sujeito e outras, não se pode, em princípio, dizer que há oscilação ou variação de tratamento e nem tampouco, no que toca à concordância verbal, mistura. O que se pode observar é que, sem vacilação, mas em desacordo com a norma atual, o possessivo usado é **vosso(a)**, reminiscência do antigo tratamento cerimonioso **vós**. O particípio passado no feminino e as três ocorrências de **ela** como pronome substituto de **Vossa Alteza** mostram que, para Caminha, essa expressão não estava totalmente gramaticalizada. Ao contrário, nota-se que está mais para uma das qualidades que se podem atribuir ao rei do que para uma fórmula de tratamento.

A primeira *Década da Ásia*, de João de Barros saiu em 1552. São poucas as ocasiões em que no texto se encontra discurso direto. No episódio da partida da esquadra para as Índias, D. Manuel dirige-se publicamente a Vasco da Gama que se ajoelha ante o rei e pronuncia um juramento solene. Trata-o por **vós** todo o tempo e, no final, assim encerra sua fala:

E assi juro que na execução e obra deste descobrimento que **vós, meu Rei e Senhor**, me mandais fazer, com toda fé, lealdade, vigia e diligência eu vos sirva, guardando e comprindo vossos regimentos que pera isso me forem dados, até tornar onde ora estou, ante a presença de **Vossa Real Alteza**, mediante a graça de Deus, em cujo serviço me **enviais**. (p. 132)<sup>13</sup> (Os negritos são de minha responsabilidade).

No texto de Barros nota-se que a expressão **Vossa Alteza** não está sendo usada como fórmula de tratamento, como confirma a concordância verbal. Uma coisa é o rei D. Manuel, outra, a qualidade que lhe é ressaltada. Observe-se ainda que este atributo vem qualificado. Não se pode esquecer que João de Barros, além de ser o melhor prosador da sua época, também foi gramático.

Os comentários feitos sobre a carta de Caminha e o pequeno trecho de João de Barros confirmam que as fórmulas nominais de

---

<sup>13</sup> João de Barros, *Ásia, Primeira Década* (Atualizada na ortografia e anotada por Hernani Cidade. Notas históricas finais por Manuel Múrias), Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1545, 6.<sup>a</sup> ed.

tratamento, na primeira metade do século XVI ainda estavam em processo de gramaticalização. Se for feito um retrospecto das considerações que permearam esta apresentação, confirma-se que a época da história do português em que se inserem os textos analisados, também no que se refere ao tratamento em geral, é uma fase de mudanças em curso.